


# Contrações (aparentes)

## entre o saber universitário e o processo de desenvolvimento

De há muito que se manifesta grande contradição na vida portuguesa quando se discute a problemática do ensino. Esta contradição pode generalizar-se a toda a nossa política e com ela, melhor ou pior, nos habituámos a viver. De facto, embora seja frequente não se encontrar relação lógica entre o «discurso» e a «prática» políticas, a verdade é que os políticos não são minimamente penalizados por isso à boca das urnas. Criou-se uma «moral política» permissiva que todos aceitam.

Esta introdução, que poderia constituir o início de qualquer artigo de opinião, leva-nos hoje a fazer algumas considerações simples e despretensiosas acerca de um dos problemas mais graves da sociedade portuguesa: o do ensino.

Numa entrevista concedida há dias a um semário pelo presidente da JNICT afirma-se, uma vez mais, que «o nosso nível de desenvolvimento científico e tecnológico é muito baixo», havendo que o aumentar se quisermos que o País seja, como deve, um produtor de ideias, de patentes e de tudo o que resulte da cultura científica. A menos que optemos, acrescenta, por sermos um imenso hospital de gerontologia ou um extenso areal na orla marítima para usufruto da Europa rica.

Estas e outras ideias, de tão repetidas, parecem constituir verdades convincentes por todos aceites. É assim que falamos e defendemos, no «discurso», o investimento intelectual como o mais produtivo e multiplicador que está ao alcance de povos, como o nosso, ainda no limiar do processo de desenvolvimento.

\* Da Universidade do Algarve

Se nos voltarmos para as ciências humanas, também é fácil verificar que existe consenso acerca do poder do ensino na preparação do homem para as tarefas da sociedade. De facto, sabe-se hoje que o ser humano, pelo seu condicionalismo genético, transporta em si um potencial que se evidencia sob a influência de dois factores: o ambiente (factor ecológico) e a cultura (factor educacional). É evidente que a herança genética, só por si, embora sempre diferente e evolutiva, cada vez tem menos influência no comportamento do ser humano em sociedade quando comparada com a influência exercida pelo ambiente e principalmente pelo ensino em todos os níveis e expressões. Sendo assim, e conforme afirma Margalef (1), compreende-se que deva ser dada a maior importância possível ao ensino. Dessa forma se tirará partido das qualidades que, embora ocultas, existem em potencial no indivíduo.

Parece pois pacífico afirmar-se que os recursos intelectuais do homem (a «massa cinzenta» de que hoje tanto se fala), por ser de grande variabilidade, são praticamente limitados em termos qualitativos, o que não acontece com os restantes recursos de uma limitada biosfera existente num só planeta. Parece também ser ideia corrente, por vezes até exagerada, que os recursos disponíveis do território português são pobres, quase sempre escassos e não renováveis. Embora não comungue inteiramente desta afirmação, como procurarei provar noutra altura, por me parecer que parte deles são pobres porque não os conhecemos ou porque não os gerimos bem (vejamos os casos do espaço, da energia, da

**A Universidade, do ponto de vista economicista, foi transformada numa perigosa armadilha: fonte de desempregados e não, como parecia ser, uma poderosa fonte de conhecimento com o objectivo de criar riqueza**



M. GOMES GUERREIRO \*

água, da biomassa, etc.), isto é, porque na nossa intervenção não usamos, na medida adequada, os factores inteligência, conhecimento (o tão apregoado *know how*) e a criatividade que só o intelecto fornece, é fácil concordar que há uma base de verdade nessa afirmação. Basta avaliarmos o que se passa com a utilização dos minerais, da água pura, da beleza natural, etc., em especial quando intensa e descuidadamente intervencionados e explorados pelo homem.

Neste condicionalismo e numa comunidade atrasada como a nossa, pobre e de grande percentagem de analfabetos, explícitos ou encapotados, parece que o objectivo deveria ser o de executar o discurso dos políticos quando erguem hossanas ao investimento intelectual. Nada disso! Na realidade, procede-se com o ensino como se o intelecto, a inteligência ou a «massa cinzenta» fosse um património esgotável que há necessidade de defender e preservar para uso dos vindouros. Temos receio de criar conhecimento e, pior que tudo, de o

usar em excesso. Preferimos ter analfabetos a mais do que licenciados ou doutorados a mais. Desde Eça de Queirós que não conseguimos desfazer o complexo de culpa do nosso ensino de modo a valorizá-lo e dignificá-lo e assim justificar os direitos sociais de excepção que concedemos a quem o recebe. Metemos a cabeça na areia e não somos capazes de investir contra o sistema e dar-lhe a clareza e a linearidade que se impõe, isto é, de associar a aprendizagem à capacidade de inovar, melhorar, produzir e desenvolver.

Perde-se energia em elaborar leis e a fazer estudos para evitar o grande mal, veja-se bem, que é haver conhecimento em excesso, como se este conceito fosse minimamente inteligível em qualquer democracia moderna (2). Criou-se uma situação biunívoca de direito entre o diploma e um certo vencimento (dizem «postos de trabalho»). Parece que o Estado, normalmente servido por licenciados, procede com elevado espírito corporativo ao ponto de considerar uma crise social haver di-

plomados desempregados («oferta em excesso no mercado de trabalho»). Esta situação, pelos vistos, só deveria contemplar os analfabetos.

O licenciado não é, para a sociedade portuguesa, um indivíduo preparado para bem intervir em sistemas naturais ou para criar sistemas artificiais de modo a obter os recursos indispensáveis à satisfação das necessidades de todos nós, isto é, a servir a sociedade. Pelo contrário, e nisto parece haver unanimidade, o licenciado é quase um peso, um indivíduo que tem direito a um posto de trabalho bem remunerado que nem sempre existe. Pouco se lhe pede em termos de criar postos de trabalho. O processo de conhecimento e de desenvolvimento é-lhe exterior. Assim vive sem responsabilidades, apenas com o direito à compensação material pelos cinco anos de estudo;

nem sequer assume as responsabilidades sociais que decorrem da normal utilização do saber que obteve na escola em regime de quase gratuidade.

É esta quadratura do círculo que o Ministério da Educação quer resolver perante o espectro social do «conhecimento em excesso» porque este não significa, para ele, como poderia parecer, maior produto, mas, pelo contrário, maior concorrência na distribuição deste.

Criámos na nossa sociedade a ideia de que a licenciatura é o factor mais poderoso de promoção social; apontamos o diploma como a credencial curricular para ocupar um posto de trabalho; mantemos praticamente gratuito o ensino superior oficial e por fim limitamos, drasticamente, o acesso à Universidade (normalmente em prejuízo dos mais débeis economicamente).

Daqui resulta uma situação de frustração e trauma da juventude. Motivada apenas para os estudos superiores sem alternativa, para eles e só para eles se prepara, até que um dia, inesperadamente, numa altura de difícil reconversão, chega à dolorosa conclusão da inutilidade do esforço que despendeu. Neste momento, angustiada, enganada, sem futuro e nem sequer com o apoio e compreensão familiar, facilmente cai no desespero que a pode levar a práticas desaconselhadas e não raro ao próprio suicídio (3).

A Universidade, do ponto de vista economicista, foi transformada numa perigosa armadilha: fonte de desempregados e não, como parecia ser, uma poderosa fonte de conhecimento com o objectivo de criar riqueza e, como consequência, de reduzir o tempo e o período de trabalho do homem, de distribuir mais equitativamente o produto, aumentar os tempos livres e portanto criar condições para maior bem-estar e felicidade do homem sobre a Terra.

Um país atrasado, que a si próprio impõe *numerus clausus* e nãoconhecimento, como se apresentará amanhã, no mundo da «terceira vaga», que neste momento para nós caminha em crescente velocidade?

(1) R. Margalef «Perspectives in ecological theory», Chicago, 1968.

(2) «Fazer o ensino primário por meio de agentes altamente intelectualizados sem inconvenientes gravíssimos», foi dito no nosso Parlamento em Março de 1938 (in «Scara Nova», Fevereiro-Março 1987).

(3) Manuela Machado «A Candidatura ao Ensino Superior», UTL, 1986.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Universidade - opinio